PROJETO DE LEI Nº , DE 2018

(Da Deputada GORETE PEREIRA)

Altera a Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010, para dispor sobre alienação parental e medidas protetivas de crianças e adolescentes em caso de sua ocorrência.

Art. 2º Os artigos 2º e 6º da Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º

Parágrafo único.

VI - apresentar denúncia reconhecidamente falsa contra genitor, contra familiares deste ou contra avós para obstar ou dificultar a convivência deles com a criança ou adolescente;

.....” (NR)

“Art. 6º

§ 1º Caracterizada mudança abusiva de endereço, inviabilização ou obstrução à convivência familiar, o juiz também poderá inverter a obrigação de levar para ou retirar a criança ou adolescente da residência do genitor por ocasião das alternâncias dos períodos de convivência familiar.

§ 2º Cumpre ao juiz evitar a adoção, em caráter provisório, das medidas previstas nos incisos II e V a VII do caput deste artigo quando houver mínimo indício da prática de abuso sexual ou qualquer crime contra o próprio filho que seja criança ou adolescente pelo genitor que haja alegado a prática de ato de alienação parental pelo outro a fim de obter qualquer das medidas referidas neste parágrafo.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Em edição do conhecido programa dominical Fantástico produzido pela Rede Globo de Televisão que foi ao ar no dia 8 de abril do corrente ano, foi veiculada reportagem em que se noticiou a existência de casos em que o pai, tendo supostamente praticado abusos sexuais contra filho menor de dezoito anos, passaria a se valer do que estatui a lei vigente sobre alienação parental (Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010) para efetivamente obter a alteração da guarda do filho para a forma compartilhada ou a sua inversão em desfavor da mãe.

Cuidando-se de situações verídicas, observar-se-á, como resultante desse comportamento assinalado e das providências então adotadas pelo Poder Judiciário, um completo desvirtuamento da lei apto a também possibilitar a repetição de abusos ou crimes sexuais contra crianças e adolescentes pelo genitor que os haja anteriormente praticado com sérios riscos de graves prejuízos advirem para a integridade física, sexual e/ou psicológica e o regular desenvolvimento físico e mental dos menores vitimados pelos fatos.

Urge, pois, adotar medida legislativa destinada a aperfeiçoar a lei vigente sobre alienação parental no intuito de que sejam evitadas situações como as referidas.

Trilhando nessa linha, ora propomos a alteração de dispositivos da lei aludida a fim de ali explicitar que: a) somente caracterizará alienação parental a apresentação de denúncia falsa contra genitor, contra familiares deste ou contra avós para obstar ou dificultar a convivência deles com a criança ou adolescente (forma exemplificativa já legalmente arrolada) quando esse fato for devidamente reconhecido pela autoridade policial ou judicial em inquérito ou processo; e b) cumprirá ao juiz evitar a adoção, em caráter provisório, de medidas protetivas previstas no mencionado diploma legal tais como a alteração da guarda do filho para a forma compartilhada e a sua inversão quando houver mínimo indício da prática de abuso sexual ou qualquer crime contra o próprio filho menor de dezoito anos pelo genitor que haja alegado a prática de ato de alienação parental pelo outro genitor a fim de obter qualquer das medidas referidas.

Com essas alterações propostas, cremos que se dificultará, em alguma medida, a ocorrência de situações como as noticiadas no programa de televisão mencionado sem, contudo, que seja desfigurada a lei vigente sobre alienação parental de modo a lhe retirar a eficácia desejada nos demais casos em que tal diploma legal já cumpre importante função de proteger crianças e adolescentes e seus familiares.

Certo de que a importância deste projeto de lei e os benefícios que dele poderão advir sob a ótica da proteção das crianças e adolescentes serão percebidos pelos meus ilustres Pares, esperamos contar com o apoio necessário para a sua aprovação.

Sala das Sessões, em de de 2018.

Deputada GORETE PEREIRA